Acordo no Ceub

16 JUN 1993

pode sair hoje

CORREIO BRAZILIENSE

Os alunos do Ceub decidem hoje em duas assembleias, às 9h e às 21h, se aceitam a proposta de acordo sobre o novo preço das mensalidades, feita na reunião de terça-feira passada entre membros do Diretório Central dos Estudantes, direção do colégio e parlamentares do DF. A proposta, apesar de não cumprir o Decreto 95.921, reduz o preço do crédito em 22% (cursos sem laboratório) e em 36% (demais cursos). "Mesmo não sendo o acordo ideal, é o único possível até o momento", Antônio Viana, presidente do DCE, acredita na homologação do acordo.

O assunto principal dos estudantes do Ceub na manhã de ontem foi a proposta de acordo. Muitos pareciam desconhecer todos os pontos discutidos entre o DCE e a direção do colégio, como era o caso da aluna de Pedagogia Silvana Castro Souza. Ela disse que a proposta não reduz em pelo menos 50% o valor dos créditos, "nenhum acordo poderá ser firmado".

Para outros estudantes, como Joaquim Lima de Oliveira, de Psicologia, a medida é conciliatória e, dentro dos limites do possível, "pode ser considerada uma vitória do movimento estudantil". Jailson Brito, estudante de Letras, apóia o acordo, mas destaca a preocupação com os preços para o próximo semestre: "Sem a aplicação do decreto, o preço do crédito, em agosto, sofrerá aumentos acima dos previstos pela lei. Essa será uma nova batalha para os alunos".

GANHOS

Para Antônio Viana, "o acordo não é perfeito, porém tranquilizará os estudantes, em muitos aspectos, no semestre seguinte". Ele ressalta um dos itens

de uma proposta que prevê a retirada do processo de correção de defasagem das mensalidades do Ceub, atualmente analisado pelo Conselho Federal de Educação: "Sem o processo, garantiremos aumentos menores em agosto".

O CFE deverá analisar na primeira semana de julho todos os pedidos de correção de defasagem da última mensalidade de 87, contou Viana. O aumento previsto, caso os pedidos sejam aprovados, é de 80%, o que pode implicar na aprovação de novas tabelas de preços nas escolas particulares, como a UDF e a Universidade Católica.

Em relação à realização do "Mutirão Ecológico" para a limpeza dos prédios do Ceub, pichados durante uma das manifestações de protesto contra o valor das

mensalidades, Viana afirma que a data será discutida em assembleia, mas a sugestão é de se fazer no próximo sábado. Luciana Silva, estudante de Pedagogia, diz que não participará da limpeza: "Eu não pichei". Outros alunos pensam de modo diferente e acreditam poder transformar o mutirão num projeto recreativo, onde se discutirá uma proposta de educação social.

Viana constata a necessidade de o acordo ser cumprido o mais rapidamente possível, para se evitar um possível recuo nas negociações. O coordenador-geral do Ceub, Maurício Neves, diz que o colégio cumprirá a sua parte no trato, e que se os estudantes realizarem a limpeza das paredes do colégio, sustará as queixas criminais contra eles.

O VALOR DO CRÉDITO

1) Valores estipulados pelo colégio no início deste semestre:

Mês	Curso Normal	Curso com Laboratório
Fevereiro	Cz\$ 1 mil 167	Cz\$ 1 mil 751
Março	Cz\$ 2 mil 252	Cz\$ 3 mil 378
Abril	Cz\$ 2 mil 617	Cz\$ 3 mil 925
Mai	Cz\$ 3 mil 040	Cz\$ 4 mil 561
Junho	Cz\$ 3 mil 578	Cz\$ 5 mil 367

2) Valores estipulados pelo Decreto 95.921, sem diferenciação de cursos:

Fevereiro	Cz\$ 639
Março	Cz\$ 1 mil 153
Abril	Cz\$ 1 mil 389
Mai	Cz\$ 1 mil 556
Junho	Cz\$ 2 mil 029

3) Valores estipulados na proposta de acordo entre o Diretório Central dos Estudantes e a direção do Ceub:

Mês	Curso Normal	Cursos com Laboratório
Fevereiro	Cz\$ 906	Cz\$ 2 mil 087
Março	Cz\$ 1 mil 794	Cz\$ 2 mil 153
Abril	Cz\$ 2 mil 085	Cz\$ 2 mil 502
Mai	Cz\$ 2 mil 422	Cz\$ 2 mil 907
Junho	Cz\$ 2 mil 851	Cz\$ 3 mil 421

Observação: Conforme a proposta de acordo, só serão cobradas multas e correção monetária sobre a mensalidade de fevereiro em atraso; de 14 de março até 30 de junho os alunos ficam livres de qualquer outro acréscimo.

Justiça fixa mensalidade

Parece estar chegando ao fim a discussão entre pais, alunos e proprietários das escolas particulares sobre reajuste das mensalidades. O juiz da 4ª Vara da Fazenda do Distrito Federal, Carlos Augusto Salazar, determinou ontem que o Conselho de Educação estabeleça reajuste de 255,568 por cento sobre os preços cobrados em dezembro de 87, como fórmula de fixar o valor da mensalidade deste mês.

A medida atende à ação civil pública movida pela Curadoria Especial de Defesa do Consumidor — a pedido da Associação de Pais e Alunos do DF — e obedece ao Decreto 95.921, que

modificou o sistema de liberdade vigiada. Informado ontem à noite sobre a determinação, o conselheiro Júlio Gregório disse que a definição é resultado do dissídio coletivo dos professores de escolas privadas. Pelo percentual divulgado, revelou, o Poder Judiciário "não deve ter aceito" a proposta de ganho real para os docentes com repasse do ônus às mensalidades.

A indefinição sobre quem arcaria com os gastos provenientes do aumento real concedido a professores — estes receberiam ganhos reais de 3,83 por cento em julho, setembro e novembro — foi o argumento utili-

zado pela APA para solicitar a ação. O acordo coletivo reza que, a partir de junho, as mensalidades seriam aumentadas em função do reajuste salarial. Pelos cálculos de Gregório, o percentual estabelecido revela que a Justiça considerou imprópria a intenção de ambas as partes.

Segundo informações do Sindicato dos Professores (Sinpro), a diretoria da entidade participaria de um encontro, ontem à noite, para fechar o acordo com os estabelecimentos de ensino. O presidente da Associação de Pais e Alunos, Luís Cassemiro, afirmou que vai iniciar trabalho de divulgação da decisão.